



E N T R E L I N H A S

ESTEREOTIPOS

Mafalda Frade

A identidade cultural	3
Os estereótipos de género	5
Uma sexualidade diferente	9

A identidade cultural

Todos os grupos sociais, de maior ou menor dimensão, têm ideias culturais que vão sendo passadas de geração em geração, permitindo a criação, ao longo de tempo, de uma identidade de grupo que fomenta a manutenção da unidade. De facto, qualquer grupo é influenciado por ideias culturais que conduzem a sentimentos de identidade a que podemos chamar, genericamente, ‘identidade cultural’. Estas ideias são de diversas índoles, podendo relacionar-se com questões de raça, nacionalidade, história, religião, género ou orientação sexual, por exemplo¹.

É esta perceção de uma identidade comum que permite influenciar cada indivíduo, levando-o a assumir padrões de conduta e de pensamentos idênticos aos dos outros indivíduos do seu grupo.

A sociedade portuguesa, no seu geral, também possui sentimentos de identidade que foram sendo transmitidos ao longo dos séculos. São exemplo disso as ideias de que ‘já fomos grandes’, ‘estamos sempre na cauda da Europa’, ‘somos um povo muito simpático’, etc.

Da mesma forma que a sociedade nos inculcou estas ideias de índole histórico-social, também nos inculcou ideias definidas sobre o papel destinado a homens e mulheres e os valores, atitudes, características que cada um deve ter. Existem, assim, na sociedade portuguesa, diferentes visões sobre o papel que os géneros masculino e feminino desempenham no mundo. Tradicionalmente, a sociedade considera que às mulheres, sexo feminino, correspondem todas as características do género feminino e que aos homens, sexo masculino, as que se relacionam com o género masculino:

“É no meio social que meninos e meninas adquirem o conhecimento e formam os seus esquemas iniciais sobre o mundo e sobre o dividir de papéis e estatutos entre homens e mulheres na sociedade (...). É este processo social que pressiona meninos e meninas que construam não a sua identidade, ou seja, a definição de si próprios, dos seus projetos futuros, do seu papel e função no mundo como pessoa, mas sim

¹ Uma breve análise ao panorama internacional, por exemplo, permite detetar grupos e nações que são fortemente influenciados por ideias religiosas (a ponto de estas serem evocadas para promover o terrorismo ou para perseguir grupos religiosos minoritários), de raça (há países cujos governantes expressaram/expressam ideias de ‘raça superior’ ou ‘pura’, incentivando o nacionalismo) ou de género (há países em que as mulheres são consideradas seres inferiores, tendo muito poucos direitos), por exemplo.

uma identidade adaptada à sociedade em que se está inserido. Esta pressão social é facilmente detetável, basta ligarmos a TV e observarmos a quantidade de mensagens que convidam os meninos a desenvolverem a agressividade, a competitividade e o espírito bélico para dominar o mundo, sem terem em conta os afetos e os sentimentos, enquanto que às meninas é-lhes proposto mensagens de mulheres como mães, esposas ou como objeto sexual”².

Neste processo, por tradição, na sociedade portuguesa o homem ocupa um lugar social de mais destaque do que a mulher. Assim sendo, dizemos que, ao homem, é atribuído mais poder social (na ‘escala social’, o homem está mais acima do que a mulher) e que estamos numa sociedade patriarcal³.

De facto,

“na nossa cultura (...) está legitimada uma ordem que determina qual é o lugar e o papel do homem e da mulher na sociedade, sendo essa hierarquização bastante mais benéfica em relação ao homem que à mulher; foi estabelecido e está enraizado na nossa cultura que o homem é um ser superior; ele é o ser que domina e a mulher o ser dominado”⁴.

Assim sendo, ao homem é atribuído tradicionalmente o papel de chefia – o homem é por norma olhado como “o chefe de família” e a maioria dos lugares de chefia são atribuídos a homens, por exemplo.

Quando extremado, o poder social usa discursos sexistas, baseados em crenças e práticas culturais/institucionais de discriminação que privilegiam o “masculino”, enfraquecem as mulheres e denigrem valores e os papéis tradicionalmente associadas às mesmas.

² A escola e a construção da identidade das raparigas, 38.

³ O contrário da sociedade patriarcal é a sociedade matriarcal, tipo de sociedade em que a liderança e o poder são exercidos por mulheres, que assim ocupam um lugar de destaque e maior importância. Exemplos deste tipo de sociedade são o povo Mosuo (China), o povo Minangkabau (Indonésia) ou os grupos que habitam as ilhas de Kihnu e Manija (Estónia).

⁴ A escola e a construção da identidade das raparigas, 33.

Os estereótipos de género

Neste processo, a sociedade construiu papéis diferenciados para cada sexo, considerando determinadas tarefas próprias de mulher e outras próprias de homem. A convivência entre os sexos está assim marcada por modelos, ideias gerais, juízos pré-concebidos que não têm em conta as características individuais. São os chamados estereótipos de género.

Estes estereótipos influenciam o ser humano das mais variadas formas, pois estendem-se pelo tempo (desde a infância até à idade adulta) e pelas mais diversas áreas. São veiculados por diferentes grupos (família, escola, grupos de pares, meios de comunicação social, grupos sociais como clubes, escuteiros, etc.), que assim exercem uma pressão social sobre cada indivíduo. Esta pressão não é igual para rapazes e raparigas:

- como, tradicionalmente, ao homem é atribuído o poder social, é exigido aos rapazes que manifestem de forma clara características do género masculino, sendo encarada como negativa a manifestação de comportamentos femininos, já que isso implica uma descida na ‘escala social’⁵;

⁵ “Se os estereótipos estabelecem aquilo que é esperado de cada um dos sexos, eles encerram em si, também, uma avaliação daquilo que o homem e a mulher não deverão exibir, quer em termos físicos, quer a nível psicológico. De um modo geral, os indivíduos que se afastam das visões dominantes de masculinidade (o homem ‘choramingas’, por exemplo) e de feminilidade (a mulher ‘agressiva’, por exemplo) costumam ser alvo de julgamentos negativos por parte dos outros. Neste âmbito, é de realçar que tende a ser o homem quem sofre mais punições sociais, da família, dos pares, etc., caso se desvie das normas comportamentais consideradas adequadas para o seu sexo. Em virtude desta maior coação social que é sentida pelas pessoas do sexo masculino, autoras como Susan Basow (1992) defendem não ser de estranhar a persistente preocupação de alguns homens em ‘dar provas’ da sua masculinidade.” (Cardona, M^o. João (coord.), Guião de educação género e cidadania: 1º ciclo do ensino básico, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2011, 27) Veja-se, a este nível, o tipo de insultos dirigido a um homem conotado com características femininas denigrativas: pode ser chamado, por exemplo, ‘coninhas’ ou ‘maricas’ (palavra derivada do nome ‘Maria’, o que implica que um ‘maricas’ é um homem com características de mulher).

- no que toca às meninas, embora lhes seja exigido um comportamento de género feminino, é tolerada a manifestação de características masculinas (já que isso é olhado como uma aproximação ao género que detém o poder social, uma subida na ‘escala social’)⁶.

De facto, “as práticas socializadoras parecem não só ser diferenciadas para rapaz e rapariga quanto ao seu conteúdo, como também quanto à pressão exercida para a aprendizagem e manifestação de comportamentos apropriados ao género, com os rapazes a serem mais pressionados neste sentido que as raparigas, pelo menos na infância.”

Tendo isto em conta, tradicionalmente, ainda chegam até nós estereótipos que veiculam esta pressão social, podendo surgir em diversas áreas:

- comunicação verbal, nomeadamente o uso de uma língua:

- há regras gramaticais segundo as quais o masculino é positivo e o feminino é negativo, podendo mesmo assumir conotações sexuais negativas (veja-se valor sexual negativo atribuído ao feminino das palavras ‘vadio’, ‘puto’, ‘homem perdido’, por exemplo, ou como se insulta um homem através, por exemplo, da sua mãe)
- o masculino integra o feminino (a expressão ‘os pais’ designa tanto os progenitores masculinos como ‘pai e mãe’)
- o masculino expressa mais poder social (“governante” versus “governanta”, por exemplo)

⁶ Encontramos marcas destas ideias culturais também na nossa língua, que veicula muitas ideias culturais, na medida em que permite unir um grupo e transmitir tradições: por exemplo, quando uma mulher ‘manda’, dizemos que “usa calças” (tradicionalmente peça de vestuário masculino); se uma menina prefere “brincadeiras de rapaz”, dizemos que é uma “maria-rapaz”. De facto, “a propósito das consequências dos supostos desvios aos modelos dominantes de feminilidade e de masculinidade, veja-se o que se passa, por exemplo, nos primeiros anos da infância e ainda na idade correspondente ao 1º ciclo de escolaridade básica. Uma rapariga que é considerada maria-rapaz costuma ser melhor aceite pela família e pelas outras pessoas – e tende a ter um estatuto superior no seu grupo de pares – do que um rapaz que exhibe comportamentos ditos femininos. Aliás, para estes são ‘indizíveis’ as expressões populares para os caracterizar... porque, de facto, a feminilidade é socialmente desvalorizada.” (Cardona, M.ª. João (coord.), Guião de educação género e cidadania: 1º ciclo do ensino básico, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2011, 27)

- comunicação não verbal:

ainda hoje muitos pais manifestam atitudes diferenciadoras no que toca a roupa (vestem os filhos de azul e as filhas de rosa, o que é potenciado pelo comércio, já que muitas lojas de bebés tendem a esta dicotomia de cores), brinquedos e choro (“homem não chora”) e muitos homens não se vestem de rosa, por exemplo;

- comportamento e personalidade:

tradicionalmente, o homem é tido como mais objetivo, frio, independente, dinâmico, agressivo, ao passo que a mulher é olhada como mais romântica, sensível, dependente, passiva e submissa;

- realização profissional e pessoal:

tradicionalmente, a mulher é social e intelectualmente desvalorizada, verificando-se, por exemplo, ainda hoje, uma maioria de homens em lugares de chefia. Às mulheres a tradição confia a chefia do lar (são as ‘fadas do lar’, sendo, em alguns casos, muito mal vista uma mulher que não aprecia ou não é competente nas tarefas domésticas), sendo que alguns homens, neste domínio, são considerados um pouco incapazes. O mesmo sucede com a educação dos filhos, tradicionalmente dada à mãe, com o pai a manifestar mais comportamentos de ausência ou distanciamento.

- saúde e sexualidade:

na publicidade continua a verificar-se o uso da mulher como ‘objeto sexual’, cabendo ao homem o papel de sedutor e elemento ‘forte’ de uma relação⁷.

Este cenário, contudo, tem vindo, ao longo do tempo a esbater-se, fruto de uma crescente consciencialização social acerca da importância da individualidade. De facto, com a globalização, há mais interação entre culturas, o que tem permitido modificar os antigos quadros de referência (pela observação de novas realidades), substituindo-os por outros mais equilibrados no que toca aos estereótipos, como podemos ver nos seguintes exemplos:

⁷ Tradicionalmente, “os estereótipos de género e o sexo na publicidade foram usados para rebaixar as mulheres, discriminando-as perante os homens. (...) As mulheres eram muitas vezes associadas a estereótipos de dona de casa, dependentes dos homens, ou a estereótipos que as retratavam como objetos decorativos e seres pouco inteligentes.” (256) “A diferenciação social entre homem e mulher na publicidade demonstra que a personagem masculina surge essencialmente em dimensões simbólicas, relacionadas com o prestígio e estatuto sociais, prazer e sucesso em atividades ao ar livre (...). A personagem feminina surge geralmente em situações de integração social, realizando tarefas ligadas à vida familiar, escolhendo produtos eficazes na resolução de problemas e lidando com receios, desempenhando o seu papel em ambientes interiores. (270)”

- há mais igualdade de direitos nas relações afetivas: homens e mulheres tendem, hoje, a partilhar as tarefas domésticas e a guarda dos filhos, verificando-se hoje que muitos pais (homens) se envolvem bastante na educação dos filhos;

- já se veem crianças vestidas com cores ‘neutras’ e percebe-se uma maior tolerância em relação ao choro dos rapazes e a brinquedos de rapazes e raparigas (com a publicidade a dar alguns sinais de mudança);

- defende-se, na lei, o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, havendo, em termos profissionais e sociais, uma maior consciencialização do valor da mulher e a necessidade de pugnar pela sua valorização a nível das chefias e dos salários;

- há diálogo, na sociedade, sobre a necessidade de os homens terem ‘espaço’ para falar de sentimentos, o que tem impacto na defesa da sua saúde mental;

- pugna-se por uma linguagem mais inclusiva e menos diferenciadora de género;

- há uma cada vez maior consciência da existência de desigualdades e da necessidade de as combater

- ...

Neste processo, é importante não cair na tentação de desvalorizar a diferença, “como se a igualdade não pudesse conviver com a diversidade, como se todos pudéssemos ser tudo. E, por isso, também a recusa em aceitar que somos marcados pela incompletude, pela necessidade radical de abertura ao outro, diferente, mas igual, no reconhecimento mútuo duma mesma dignidade”⁸.

De facto, se os sexos são, por natureza, diferentes, não podemos exigir que se tornem iguais. Não podemos exigir igualdade de sexos, mas sim igualdade de direitos e de oportunidades, o que é substancialmente diferente. Assim, “Educar para a igualdade não é anular as diferenças, mas reconhecer a flexibilidade e a plasticidade dos papéis. Não é tratar todos da mesma forma, (...) mas a cada um de forma única, não encerrando ninguém em estereótipos rígidos”⁹. Isto implica que se deve procurar que todos tenham o direito de chegar onde quiserem e igual oportunidade para que isso aconteça.”

⁸ Estereótipos de género, 5.

⁹ Estereótipos de género, 5-6.

Uma sexualidade diferente

Tendo em atenção tudo o que foi dito anteriormente, pensemos agora no que acontece quando alguém manifesta comportamentos sexuais não consentâneos com os géneros masculino e feminino: homossexuais, lésbicas, transexuais, etc..

Se olharmos para a sociedade portuguesa de há uns anos, podemos dizer que, até então, todos os comportamentos sexuais que se afastavam dos papéis de género tradicionais eram olhados como comportamentos desviantes e que transgrediam a norma social, sendo, por isso, tendencialmente rejeitados¹⁰: os homossexuais transgrediam o comportamento sexual típico de homem; as lésbicas transgrediam o comportamento sexual típico de mulher.

Isto conduziu a que a homossexualidade fosse vista como uma violação dos papéis de género tradicionais, o que fez enraizar, na nossa sociedade, o heterossexismo¹¹ (fenómeno social na mesma linha do racismo ou do antissemitismo), que é promotor de “um estilo de vida heterossexual em detrimento do estilo de vida homossexual, [e] que, como tal, comporta um sentimento de marginalização da existência e da experiência de pessoas não-heterossexuais, no campo individual e institucional, [assumindo-se] como a manifestação clara e direta de que o mundo deveria ser exclusivamente heterossexual. Esta hegemonia heterossexual – heteronormatividade – implica que as construções sociais se desenvolvam no sentido de privilegiar a heterossexualidade sobre a não-heterossexualidade, remetendo à invisibilidade as orientações sexuais que não se enquadram nessa heteronorma”.

¹⁰ “Durante os séculos XIX e XX as teorias que assolaram a Europa sobre as causas e natureza da homossexualidade, fizeram-se sentir também em Portugal, tendo sido desenvolvidos vários trabalhos sobre as «inversões» e «perversões sexuais». Legalmente, os comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram criminalizados e punidos. São as modificações sócio históricas alcançadas, sobretudo, pela Revolução de 1974, bem como a adesão à União Europeia em 1986, que permitem uma reconfiguração dos normativos jurídico-legais face à homossexualidade (por exemplo, em 1982 foi retirada do Código Penal a punição da homossexualidade entre adultos) e, consequentemente, de atitudes e práticas culturais perante minorias sexuais. Durante este período começaram também a surgir os primeiros movimentos ao nível da promoção de igualdade de direitos das pessoas homossexuais” Melo, 2020, 4

¹¹ O termo heterossexismo é preferível a ‘homofobia’, tida como um “medo irracional da homossexualidade”, mas que sugere uma fobia (condição clínica) e não uma questão de foro social.

Quer isto dizer que, tradicionalmente, o comportamento sexual que se inseria na norma estava relacionado com a heterossexualidade, ideologicamente associada, na nossa sociedade, a papéis de género masculinos e femininos tradicionais e bem definidos. E esta situação, embora mais menos nítida nos dias de hoje, continua, em muitas comunidades, a manifestar-se. De facto, “apesar das evidentes mudanças sociais, políticas e legislativas, a investigação mostra que persistem, nas sociedades ocidentais atuais, atitudes e comportamentos discriminatórios face aos denominados grupos minoritários. No caso concreto das minorias sexuais, o preconceito tende a assumir formas menos claras e explícitas, permitindo que a discriminação permaneça enraizada a nível individual e nas relações interpessoais. Com efeito, apesar do preconceito mais “flagrante” continuar presente, os argumentos e as atitudes desenvolveram-se de modo a refletir uma norma social igualitária, o que não resulta num aumento vincado de visões igualitárias ou anti preconceito, mas sim na emergência de formas de preconceito “subtil”, menos detetável e, como tal, menos sujeito a crítica social. A nossa sociedade continua, assim, baseada na crença da heteronormatividade, que valida a heterossexualidade enquanto norma universal, e classifica a homossexualidade, enquanto conceito oposto à heterossexualidade, como o desvio a essa norma.”¹²

Esta situação conduz a que a crença de que todas as pessoas devem ser heterossexuais se perpetue e que os comportamentos e atitudes tidos como típicos de uma orientação sexual diferente da norma heterossexual continuem a ser olhados de forma preconceituosa e sejam “legitimadas e perpetuadas pelo poder e pelo status das instituições sociopolíticas e dos sistemas ideológicos”¹³ através, por exemplo, da limitação de oportunidades de trabalho ou na imposição de leis discriminatórias.

A este nível, o poder social pode surgir, ainda hoje, ligado a discursos heterossexistas, discursos e práticas de discriminação das sexualidades que tomam a heterossexualidade como centro normativo, inferiorizando as pessoas homossexuais, as bissexuais e as transexuais. Essa é a razão por que, na sociedade atual, continuamos a observar crenças e atitudes discriminatórias em relação a pessoas com orientações sexuais diferentes da norma heterossexual.

¹² Melo, 2020, 2

¹³ Melo, 2020, 2: “Mantém-se o “preconceito sexual”, com atitudes negativas especificamente formuladas com base na orientação sexual. A noção de diferença e a restrição de oportunidades baseada no preconceito são legitimadas e perpetuadas pelo poder e pelo status das instituições sociopolíticas e dos sistemas ideológicos, sob a forma do denominado heterossexismo — sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, económica e jurídica, de modo implícito ou explícito, tendo como base a crença de que todas as pessoas são heterossexuais.”

